



GIOVANNA ISABELE PEREIRA DA SILVA

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUAS FUNCIONALIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE DO VALE DO PATI NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA- BA

GIOVANNA ISABELE PEREIRA DA SILVA

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUAS FUNCIONALIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE DO VALE DO PATI NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA- BA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e Ciências - Campus de Rosana, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador (a): Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz

Rosana

Silva, Giovanna Isabele Pereira da

S586t

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUAS FUNCIONALIDADES : UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE DO VALE DO PATI NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA- BA / Giovanna Isabele Pereira da Silva. -- Rosana, 2022

62 p.: il., tabs., fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Turismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Engenharia e Ciências, Rosana Orientadora: Rosângela Custódio Cortez Thomaz

1. Turismo. 2. Turismo de Base Comunitária. 3. Vale do Pati. 4. Parque Nacional da Chapada Diamantina. 5. TBC. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Engenharia e Ciências, Rosana. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GIOVANNA ISABELE PEREIRA DA SILVA

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUAS FUNCIONALIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE DO VALE DO PATI NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA- BA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e Ciências - Campus de Rosana, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Rosana,//	
Componentes da Banca Examina	dora:
Presidente e Orientador: Prof ^a . I UNESP- Faculdade de Engenhar	Dr ^a . Rosangêla Custódio Cortez Thomaz, Câmpus de Rosana, ria e Ciências.
Membro Titular: Prof ^a . Dr ^a . Sav de Engenharia e Ciências.	anna da Rosa Ramos, Câmpus de Rosana, UNESP- Faculdade

Membro Titular: Prof ^a. Dr ^a Juliana Maria Vaz Pimentel, Câmpus de Rosana, UNESP-Faculdade de Engenharia e Ciências.

AGRADECIMENTOS

Venho por meio deste agradecer a todos que contribuíram para a minha trajetória ao longo da graduação e da elaboração desta pesquisa. Inicialmente, quero agradecer a todos os meus amigos e companheiros de curso que viveram esta jornada comigo, nós sabemos o quanto é desafiador chegar até este momento e tenho certeza que se não fosse pelo apoio e conversas que tivemos tudo seria mais difícil.

Em Primavera chegamos sozinhos e saímos com uma grande família, com mais sonhos na mochila e com mais vontade de explorar esse laboratório imenso que temos: o mundo. Fica aqui o meu mais sincero abraço para todos que compartilharam disso comigo. As minhas companheiras de casa Victória Antunes, Carol Maia e Verônica Calamante, vocês têm moradia no meu coração pra sempre, partilhar nosso lar foi um aprendizado de vida.

Aos meus padrinhos de faculdade e do coração Victor Hernandes, Pablo Poso e Clarissa Fagundes, obrigada por me acolherem e me mostrarem esse universo, seus conselhos foram essenciais durante essa trajetória. A todas as outras repúblicas e colegas que fizeram parte dessa vivência, fico muito grata pelos nossos caminhos terem se cruzados, todos que passam por essa experiência levam algo consigo e eu tenho muitas lembranças boas na mala.

Para ele, que sempre me apoiou, mesmo sem compreender os meus motivos, torcia por mim e sempre me motivou a ser o que sou hoje. Pai, obrigada por me trazer até aqui, infelizmente o tempo não foi o suficiente para você ver isso acontecer, mas sei que de algum lugar você está sorrindo.

Agradeço imensamente a minha orientadora Prof. Rosângela, por todo o conhecimento, tempo, auxílio e comprometimento compartilhado durante o processo de elaboração desta pesquisa e também como orientadora no GEPTER, o grupo de pesquisas foi muito importante como motivação para o meu desenvolvimento profissional relacionado a área de turismo sustentável, a qual me identifico.

Por último, a eles, os patizeiros, sem a vivência essa pesquisa não existiria. O Vale do Pati é um lugar transformador e muito do que se é, é por quem se faz. Os patizeiros são a essência do lugar, sem a hospitalidade deles não existiria o turismo. A vocês, que são responsáveis por toda a magia e encanto do vale.



RESUMO

Este trabalho busca analisar a funcionalidade do Turismo de Base Comunitária no Vale do Pati,

localizado no centro do Parque Nacional da Chapada Diamantina- Ba. O objetivo da pesquisa é

investigar a aplicabilidade e a estruturação da atividade turística a partir do questionamento da

preservação de cultura e do espaço e o envolvimento da comunidade neste processo. Afim de

alcançar o objetivo proposto, utilizamos o método qualitativo, auxiliado pelas técnicas de

pesquisa: levantamentos bibliográficos, visitação in loco, documental e de observação livre

(não-estruturada). As multifaces do turismo, apresenta o TBC como efetivo na descentralização

e distribuição de renda para comunidades afastadas de centros globalizados, baseando-se nesses

resultados será possível observar a importância de preservar e desenvolver este segmento do

turismo como essencial e contemporâneo no mercado. A partir da observação dos aspectos

analisados é possível considerar a falta de planejamento turístico como maior rival do

desenvolvimento da atividade neste território, os resultados da pesquisa colabora para a

compreensão de necessidade de melhor investimento na educação e na infraestrutura, qual é

responsável pela dificuldade da implantação de uma economia efetiva no local.

Palavras-chave: Turismo; Turismo de Base Comunitária; Vale do Pati; Parque Nacional da

Chapada Diamantina.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the functionality of Community-Based Tourism in Vale do Pati,

located in the center of Chapada Diamantina National Park- BA. Therefore, the specific

objective is: to understand the community's participation in tourism; reaffirm and discuss socio-

spatial valuation; to identify challenges and opportunities of this segment in practice. Through

this, it investigates the applicability and structuring of tourist activity from the questioning of

preservation of culture and space heritage. We used the qualitative method to achieve the

proposed objectives, aided by research techniques: bibliographic surveys, on-site visitation,

documentary, and free observation (unstructured). The multifaceted tourism presents CBT as

effective in decentralizing and distributing income to communities far from globalized centers.

Based on these results, it will be possible to observe the relevance of preserving and developing

this segment of tourism as essential and contemporary in the current market. As a result of the

observation, it was possible to consider the lack of tourism planning as the biggest rival for the

development of the activity, the need for investment in education and infrastructure is

responsible for the difficulty of implementing a local effective economy.

Keywords: Tourism. Community-Based Tourism. Vale do Pati. Chapada Diamantina

National Park. Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa do Parque Nacional da Chapada Diamantina e os principais n entorno	-
Figura 2- Casa de apoio dos garimpeiros	29
Figura 3- Delimitação do território do PCND por circuitos	31
Figura 4- Ponte construída para facilitar acesso no Vale	33
Figura 5- Cachoeirão (por baixo)	34
Figura 6- Gerais do Viera	38
Figura 7- Morro do Castelo	39
Figura 8- Hospedagem Casa Seu Eduardo	40
Figura 9- Hospedagem Alto do Luar	44

LISTA DE TABELAS

	Tabela 1- Art. 4º Lei n° 9	.985, 18 de julho 2000	objetivos SNUC	
--	----------------------------	------------------------	----------------	--

LISTA DE FLUXOGRAMA

Fluxograma 1- Comercialização do produto turístico	37
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BATUC Turismo de Base Comunitária da Bahia

EA Educação Ambiental

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IA Interpretação Ambiental

MMA Ministério do Meio Ambiente

MTur Ministério do Turismo

OMT Organização Mundial do Turismo

PEUP Plano de Emergência de Uso Público

PDITS Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável

PM Plano de Manejo

PNCD Parque Nacional da Chapada Diamantina

PNEA Política Nacional de Educação Ambiental

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TBC Turismo de Base Comunitária

UC Unidade de Conservação

UNWTO The World Tourism Organization (Organização Mundial do Turismo)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO		15	
2 TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LO	CAL	18	
	espaço		
	nitaria		
2.3 Turismo de Base Comunitária em Unio	dades de Conservação2	24	
3 VALE DO PATI: O CORAÇÃO DO PNCD	·	28	
3.1 PNCD: Aspectos históricos, socioeconômic	cos e culturais	28	
3.2.1 A comercialização do produto turístico		35	
3.2.2 Roteiro Turístico		37	
4 CONTRIBUIÇÕES DO TBC NO PNCD: DE	SAFIOS E OPORTUNIDADES	42	
	10		
	nidade: os patizeiros		
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS		49	
	ngências		
_	omunidades		
	บเลร		

1 INTRODUÇÃO

A exploração do turismo não se baseia apenas na relação de trabalho e econômica "a partir de sua vivência de tempo livre, de ócio, de uma vivência lúdica e privilegiada do tempo livre, ele pode ser capaz de promover autoconhecimento, capacidade crítica e emancipação" (FAZITO et al, 2018). Em vista disso, ao participar da atividade surge a oportunidade de troca de experiência e novas vivências em relação aos patrimônios (natural, cultural e social) que fazem parte deste mecanismo de oferta a partir de um produto turístico e que pode gerar uma contribuição com o local e a comunidade.

O TBC responde a um segmento do mercado especializado (nicho) ao dirigir- se a pequenos grupos de viajantes em busca de experiências pessoais originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais autênticas, desfrutando de cenários naturais e de uma remuneração adequada do trabalho comunitário. Esta modalidade contrasta com o imediato e máximo dos investimentos. A empresa comunitária é parte padrão convencional do turismo de massa, cujos pacotes rígidos e impessoais obedecem a uma lógica econômica de um retorno da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros (MALDONADO et al, 2009, p. 26).

Este segmento do turismo é relevante atualmente pois não há enfoque na área, qual possui inúmeros potenciais a serem explorados, além da dispersão do turismo de massa, é possível experienciar vivências no meio natural e atrair a atividade turística para lugares pouco desenvolvidos que possuem tão poucas opções econômicas e muitas variáveis de exploração do segmento turístico cultural, socioespacial e sustentável. Conforme ressalta Irving:

O turismo de base comunitária tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade e, que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (IRVING, 2009, p. 99).

A ideia do estudo sobre o Vale do Pati no Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) deu-se por uma visitação em campo devido estudos sobre os roteiros em assentamentos rurais que estão sendo elaborados atualmente a partir de uma proposta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em conjunto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Turismo (MTur), na capacitação turística de comunidades rurais em áreas próximas as áreas de delimitação do PNCD.

Durante a nossa visitação surge o questionamento sobre o TBC no Vale do Pati, em uma primeira visita à área de pesquisa, considerado um dos trekkings mais famoso do Brasil, porém sem planejamento efetivo com a comunidade local. Baseado nisso, ampliou-se o questionamento em relação a organização turística, controle de visitação, descarte de resíduos, a inserção da comunidade no planejamento e na gestão da atividade.

Levanta-se o questionamento sobre a estruturação turística e a preservação do patrimônio natural e cultural. Em relação a comunidade, a sua participação desde o planejamento até o comércio da atividade turística e como foi desenvolvido a educação e capacitação dos nativos para implementação do turismo.

Sendo assim, o objetivo torna-se compreender sobre a participação da comunidade local no desenvolvimento do turismo, além de discutir sobre os efeitos multiplicadores da organização turística e a relação das consequências da mesma no ambiente. A partir de tais fatores esse trabalho buscará equiparar tais pressupostos com a experiência observada, visando a compreensão do funcionamento desse segmento na realidade, quais são os benefícios que a comunidade local pode receber através da atividade turística.

O método adotado para essa pesquisa constituiu-se num primeiro momento em levantamento bibliográfico, em acervos de bibliotecas acadêmicas, sites de instituições e órgãos públicos, de âmbito nacional, estadual e municipal, sobre as políticas públicas do turismo e TBC, visando compreender a oferta e distribuição do produto turístico, enfatizando a relação socioambiental e cultural.

A análise sobre a participação da comunidade na atividade turística ocorre por meio da visitação em campo no PNCD que é possível correlacionar a efetividade da atividade para o local, por meio da observação. Essa verificação é direcionada por meio de entrevistas quais foram elaboradas diretamente para agências, guias e a comunidade com o intuito de compreender a comercialização do produto turístico. A visitação in loco pontuará observações relevantes para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Desta forma, a conversa e a experiência com a comunidade direciona os resultados para o levantamento de dados e registros dos recursos interpretativos em relação ao turismo. Para a pesquisa, será utilizado o método qualitativo, auxiliado pelas técnicas depesquisa bibliográfica, documental, de observação livre (não-estruturada) e de questionários com questões abertas para a coleta de dados. Sendo assim, a pesquisa qualitativa caracteriza- se pela:

abordagem mais flexível e recursiva no planejamento e na condução geral da pesquisa, em contraste com a abordagem mais linear e sequencial usada na maioria das pesquisas quantitativas. A formulação de hipóteses evolui à medida que a pesquisa se desenvolve; a coleta e a análise de dados ocorrem simultaneamente, e a redação também é sempre um processo evolutivo, em vez de um processo separado que ocorre no fim do projeto. (VEAL, 2011, p.264)

Portanto, com base no levantamento de dados será possível compreender o funcionamento do TBC e a importância do investimento nesse segmento para valorização do mesmo. À vista disso, este estudo tem a finalidade de observar os métodos de aplicação e seus agentes, podendo identificar resultados benéficos para o segmento e tornar-se uma alternativa ao investimento no turismo de massa.

2 TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo destina-se a uma discussão acerca do turismo e suas aplicabilidades, debate definições e sua execução, tende a gerar questionamentos ao redor da atividade qual busca maior compreensão sobre a pluralidade da mesma; além do mais, comentários sobre o desenvolvimento em grande escala e centralização de renda. Apresenta o segmento da atividade turística que se torna objeto de estudo deste trabalho, o Turismo de Base Comunitária, destacando sua relevância socioespacial.

2.1 Turismo como forma de apropriação do espaço

Segundo a Lei Geral do Turismo (Lei Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008), considerase turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. Nas últimas décadas, o turismo experimentou uma contínua expansão e diversificação para se tornar um dos maiores e mais rápidos setores econômicos do mundo (UNWTO, 2020, tradução nossa)¹.

Existe um amplo debate sobre o turismo e seus atributos, pois o mesmo propõe questionamentos no que se refere a definição apropriada de termos que podem ser interpretados através de diversas experiências. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) não existe definição correta ou incorreta, uma vez que todas contribuem de alguma maneira para aprofundar o entendimento da atividade.

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38).

Para Barreto.

o turismo é essencialmente movimento de pessoas e atendimento às suas necessidades, assim como às necessidades das outras pessoas que viajam. O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação (BARRETO, 1995, p. 47-48).

¹ Over the past decades, tourism has experienced continued expansion and diversification to become one of the largest and fastest-growing economic sectors in the world.

Aquelas relações as quais estão distantes do cotidiano do turista e assim possibilitam uma experiência diferente do que o mesmo está acostumado. Ainda assim, para Beni, o turismo:

É o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físicos, econômicos e socioculturais da área receptora (BENI, 1998, p. 36).

A atividade pode ser compreendida amplamente, como um fenômeno de grande (re)estruturação de territórios uma vez que interfere diretamente no espaço e sociedade. É capaz, de dinamizar e/ou articular diversas atividades e ramos da economia, sem, contudo, deixar de refletir também as determinações da sociedade na qual está inserida: contraditória, conflituosa, controversa, reflexo de lógicas do momento histórico presente, como a globalização e/ou a nova fase do capitalismo, dita ecológica ou sustentável (O'CONNOR, 1988).

Por meio desta lógica de "criar demanda massiva para locais ou experiências específicas, bem como fornecer acomodações e transporte para servir a essa demanda" (OMT, 2003, p. 205), levantam-se diversos questionamentos sobre os impactos da atividade turística, faz-se de extrema relevância compreender como a utilização do território será apropriada. O recurso natural é limitado, sendo imprescindível a política de preservação não apenas do patrimônio natural como também do cultural e social. Em virtude de se expor às atividades monetárias, comunidade está se dispondo a globalização de culturas, uma vez que abrem seus espaços para viajantes de variados locais e possibilitam o intercâmbio de conhecimentos.

Neste caso, o interessante da atividade é que possui diversos segmentos e funcionalidades que variam de acordo com as características socioambientais, quais podem gerar resultados surpreendentes, tanto para o receptor quanto para o turista. Muitos locais que foram esquecidos nesse sistema, por estarem longe dos grandes polos de massificação e na maioria das vezes sua população vive em extrema pobreza pois não existe opção de trabalho além da subsistência, e por meio desta conseguem se beneficiar com a atividade através de suas características exclusivas; paisagens naturais, povos nativos, cultura, e seu cotidiano alternativo ao do homem da cidade.

A fim de implantar o turismo em um determinado local, SILVA (2016) esclarece que o grande desafio é elaborar um modelo de turismo justo e equitativo, que considere as dimensões sociais, culturais, ambientais e econômicas que regem a vida social e insira a comunidade local no centro do planejamento, da implantação e do monitoramento do processo turístico, possibilitando a divisão equilibrada dos seus benefícios. Na visão de Beni,

planejamento é o processo de interferir e programar os fundamentos definidos do turismo que, conceitualmente, abrange em três pontos essenciais e distintos: estabelecimento de objetivos, definição de cursos de ação e determinação da realimentação, já que a atividade apresenta enorme interdependência e interação

Molina e Rodriguez (2001, p.81) tratam o planejamento turístico como essencial para a sustentabilidade da atividade turística e indica que este "é um processo sistemático e flexível, cujo único fim consiste em garantir a consecução dos objetivos que, sem este processo, dificilmente poderiam ser alcançados". É importante salientar que o planejamento deve estar sempre em construção devido ao desenvolvimento local, então torna-se crucial uma avaliação periódica do plano, métodos e execução.

Isto posto, o presente estudo infere a importância do planejamento a fim de estruturar a região, educar a comunidade e gerar renda alternativa para a mesma de acordo com a proposta feita pela própria, além de observar a troca que está se dispõe a realizar junto a atividade turística. Com essas atitudes, será possível uma estruturação social de renda além da agricultura, em consequência se adequa a organização do território de acordo com suas características

individuais e adiante investe para construção de melhores ofertas, neste caso alojamentos, restaurantes, lojas, fábricas e museus.

2.2 Introdução ao Turismo de Base Comunitária

A comunidade neste trabalho é entendida como um grupo de pessoas que desenvolvem sua prática social em um local específico, se organizam em torno de objetivos comuns e se unem para a inclusão social em busca de alternativas de renda para melhorar sua qualidade de vida. É nesta perspectiva que este artigo se propõe refletir a respeito das práticas do TBC realizadas e implementadas que podem apontar o caminho para a preservação e valoração tanto do local como também da comunidade.

Conceituação apresentada em relação ao TBC de acordo com o ICMBio:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável, para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2018).

A partir da década de 1990, um novo segmento começa a ganhar atenção nos debates sobre turismo e desenvolvimento: a necessidade de começar a priorizar estudos e projetos fundamentados no desenvolvimento local como estratégia para diminuir o impacto do mercado capitalista e da pouca distribuição de renda, com evidência no turismo (RODRIGUES, 1997; BENEVIDES, 1997; CORIOLANO, 1998). O desenvolvimento com base local, na visão de

o processo de mudança de mentalidade, de câmbio social, e de troca de eixo na busca do desenvolvimento, por isso se orienta para o desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas, tendo em vista socializar as oportunidades e promover o desenvolvimento na escala humana (CORIOLANO, 2005, p. 25).

A atividade surge como alternativa ao turismo de massa, uma forma de descentralizar a atenção dos polos turísticos para que consequentemente haja uma distribuição de renda para a população, na maioria das vezes de forma autônoma. Em vista disso, surgem ofertas e produtos que estão de acordo com a proposta, neste caso sempre voltado para a sustentabilidade, seja na agricultura e em produtos originais ou na troca de experiências culturais no meio natural.

Compreende-se por turismo comunitário, solidário, de base local ou de base comunitária aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar, que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida (CORIOLANO, 2003, p. 41).

Sampaio (2005) aponta que o turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais sejam protagonistas de seus modos de vida, e com isso pode tornar possível a opção de vida alternativa ao universo capitalista atual. Zechener et al (2008) destacam que o turismo comunitário representa o atual setor de turismo, aquele que desapropria da teoria mercadológica e considera o todo como instrumento através da organização comunitária, assim foca o bem coletivo e não individual.

No turismo de base comunitária a população tem total controle sobre o planejamento, pois é "vista como um elemento importante para o processo de planejamento e de gestão, em todos os seus níveis de ação, devido à mesma participar da dinâmica municipal cotidianamente" (MARANHÃO; AZEVEDO, 2014, p. 105)

Em decorrência disso, é possível identificar que a atividade está relacionada diretamente com o ambiente socioespacial, o que integra a comunidade e o espaço como um todo. Deste modo, procura formas para incorporar uma melhor disposição e aproveitamento social, cultural e econômico do local, com isso faz-se perceptível que o TBC:

[..]tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento.

Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação "local" do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRVING, 2009, p.113).

O turismo de massa é voltado ao acúmulo de capital e mesmo com o uso desenfreado dos recursos naturais continua recebendo os maiores investimentos de recursos financeiros sejam eles de organizações públicas ou privadas. Por esse motivo, ocasiona diretamente na exclusão das comunidades que vivem distante desses polos turísticos, e mesmo com a escassez monetária e infra estrutural, esses povos priorizam a experiência por meio de vivências que o globalizado não possui devido exatamente ao problema da globalização de culturas.

Sendo assim fica evidente a relevância da atividade turística como fonte de renda para a comunidade local, percebe-se que:

[...] o turismo abre vastas perspectivas para a valorização do acervo do patrimônio comunitário. Diversas avaliações têm mostrado que, graças ao turismo, as comunidades estão cada vez mais conscientes do potencial que seus bens patrimoniais, ou seja, o conjunto de recursos humanos, culturais e naturais, incluindo formas inovadoras de gestão de seus territórios (MALDONADO et al, 2009, p. 29).

Isto posto, turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (MALDONADO et al, 2009, p. 31).

É importante observar e reconhecer que embora as iniciativas de TBC apresentem princípios em comum, elas tendem a se diferenciar, considerando que ocorrem através de contexto histórico, ambiental e social em territórios distintos e com variadas formas de oportunidades para a organização das atividades. Seja através de incentivo próprio ou de organizações, torna-se imprescindível reconhecer as facetas que devem ser utilizadas para o desenvolvimento do turismo.

Neste trabalho, adota-se o conceito trabalhado por Coriolano:

Compreende-se por turismo comunitário, solidário, de base local ou de base comunitária aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar, que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida (CORIOLANO, 2003, p. 41).

De acordo com os conceitos apresentados e discutidos no texto, é de extrema importância o investimento por parte das instituições governamentais e a fiscalização em relação ao desenrrolamento das diretrizes de usos e suas respectivas legislações. Importante ressaltar a necessidade desse plano ser realizado em conjunto com a comunidade local, assim possibilita maior responsabilidade representativa social e cultural. Desta forma, torna-se uma característica essencial de desenvolvimento da atividade turística de base comunitária.

É imprescindível que seja oferecida infraestrutura correta para a execução desse serviço, seja na oferta da atividade ou na educação profissional da comunidade para receber os turistas, na maioria dos casos esses serviços podem ser controlados por empresas privadas que fogem do intuito da proposta por este motivo faz-se fundamental a ênfase nesta questão

2.3 Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação (UCs) brasileiras são formadas por diversas paisagens riquíssimas e que vão muitas além da relevância em relação a preservação natural. Possuem um conjunto de elementos que integram a região como a cultura de povos nativos, objetos, saberes, todas vivências no interior ou em volta das Ucs são legalmente instituídos pelo poder público em seus três domínios (municipal, estadual e federal) e estão sujeitas à Lei nº 9.985, 18 de julho 2000 (SNUC, Brasil, 2000) que implementa o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), qual é divido em dois grupos: proteção integral e uso sustentável.

unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Art. 20. Inciso I, da Lei do SNUC, 2000).

O conjunto das UCs de Proteção Integral é composto por: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural, e Refúgio de Vida Silvestre. Já as Unidades de Uso Sustentável contemplam: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural (SNUC, BRASIL, 2000).

As Ucs de Proteção Integral têm como princípio a preservação da natureza e permite o uso indiretos dos recursos, contra a destruição do local. Neste caso, não é permitido o consumo, coleta ou algum dano que contribua pela alteração do ambiente, salvo em circunstâncias excepcionais e devidamente previstas em lei, enquanto a segunda visa combinar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais de acordo com a lei do SNUC.

Os objetivos fundamentais dos parques estaduais são proteger ecossistemas naturais ecologicamente significativos e paisagísticos, viabilizar pesquisas científicas e realizar atividades como educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e ecoturismo. Quando criados pelos municípios, serão chamados de parques municipais, como o PNCD.

O plano de manejo (PM) é um documento técnico que estabelece o zoneamento e as regras que regem sobre a utilização dos recursos de acordo com os objetivos definidos no ato de criação de uma UC, conforme a lei do SNUC:

plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Art. 2o., Inciso XVII, 2000).

A partir da proposta de utilização das UC's, o SNUC criou uma lista de diretrizes que devem ser realizadas para colaborar com a preservação do local e sua relavância ecológica, as quais são apresentados na seguinte tabela:

Tabela 1- Art. 4º Lei nº 9.985, 18 de julho 2000 objetivos SNUC²:

I- contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II- proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III- contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV- promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V- promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI- proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII- proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII- proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX- recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X- proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI- valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII- favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII- proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Fonte: SNUC, BRASIL, 2000.

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm

Deste modo, é possivel criar um modelo de comparação em relação a realidade apresentada nestes lugares e como ocorre o desenvolvimento do mesmo quando enfretados problemas através da falta de investimento e fiscalização por meio dos órgãos responsáveis.

A Interpretação Ambiental (IA) está atualmente descrita nas "Diretrizes para Visitação em UCs" (BRASIL, 2006), que estabelece princípios, recomendações e normas voltadas à organização da visitação às UCs, e ressalta a importância da visitação como veículo de desenvolvimento em 2006, o MMA estabeleceu uma definição para IA:

(...) uma maneira de representar à linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local (MMA, 2006).

O ICMBIO, a partir de 2017, adota o conceito seguinte:

(...) a Interpretação Ambiental é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido (ICMBIO, 2017).

A Educação Ambiental (EA) pode ser utilizada como uma ferramenta promissora para a visitação às UCs, deve ser vista como investimento no potencial transformador que dispõe o contato dos visitantes com a comunidade, inferindo-se de modo sutil no cotidiano da mesma, tal modo que incentiva a valoração tanto do patrimônio natural quanto cultural. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi instituída pela Lei nº 9.795/1999, e em seu primeiro artigo conceitua:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art. 1º, 1999).

Garantir condições apropriadas para que as comunidades sejam protagonistas na gestão do TBC, com participação efetiva na elaboração, implementação, acompanhamento e análise da atividade é primordial ao iniciar o PM. A educação comunitária para realização da atividade turística torna-se essencial para maior desempenho da mesma, reconhecer os recursos e explorálos é indispensável para uma eficiente comercialização, seja um atrativo natural, a comida local, a hospedagem ou até uma história. Apenas a comunidade é capaz de transmitir uma autêntica experiência, tal qual destaca-se por este mesmo motivo.

Os órgãos gestores das UC devem atuar no reconhecimento, valorização e apoio ao protagonismo e organização das comunidades locais para atuar no TBC. O ICMBio deve oportunizar, nesse sentido, o desenvolvimento das iniciativas de

TBC como uma forma de valorização e conservação da natureza, em cumprimento aos objetivos de criação das UC e de acordo com os instrumentos de gestão em vigor. (ICMBio, 2019, p.84)

O TBC na UC deve ser capaz de iniciar um processo de identificação, valorização e partilha das culturas da comunidade local e, quando necessário, incentivar os protagonistas a compartilhar e aprofundar seus conhecimentos sobre todos os aspectos de sua história e a memória coletiva.

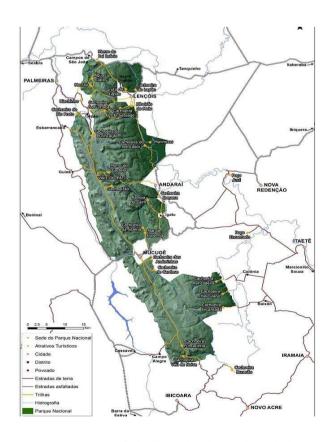
3 VALE DO PATI: O CORAÇÃO DO PNCD

Apresenta o objeto de estudo deste trabalho, discute o desenvolvimento da criação do PNCD e a implementação da atividade turística; aponta os critérios de comercialização dos produtos e roteiros turísticos, argumenta acerca da valoração do patrimônio cultural, suas respectivas lutas e o vínculo com o turismo.

3.1 PNCD: Aspectos históricos, socioeconômicos e culturais

O PNCD situa-se no centro do Estado da Bahia – BA (Figura 1) e foi criado pelo Decreto Federal N°. 91.655, de 17 de setembro de 1985, ocupando uma área de aproximadamente 41.751m² e 24 municípios. Foram ressaltados na caracterização e na justificativa para criação do Parque: a beleza cênica, a fauna diversificada, a importância de proteção dos recursos hídricos, a decadência da mineração e a consequente falta de alternativas econômicas da região, o provável potencial turístico, a geração de empregos na região, e o fato de a área apresentarse "praticamente sem ocupação humana, sendo que cerca de 90% da mesma não possui um único habitante". (Rocha, 1985)

Figura 1- Mapa do Parque Nacional da Chapada Diamantina e os principais municípios do entorno



Fonte: Guia Chapada Diamantina, 2020.

O boom da mineração foi o motivo do surgimento de assentamentos fundiários que estão se adaptando à área e em breve precisarão ser redistribuídos, pois os recursos exploratórios são limitados e logo se esgotarão. Começando com o ouro, uma busca que durou cerca de um século e depois famosa pelo fluxo de diamantes, que terminou cerca de duas décadas antes da última, as pessoas estavam desesperadas por uma seca tão breve. Como resultado, essas terras foram ocupadas por famílias que perderam sua fonte de renda da mineração de carbonatos, o que continuou até aproximadamente a década de 1940.

Desde então, a região passou por uma grave estagnação econômica, incluindo um grande êxodo de pessoas (SEABRA, 1988), apenas para melhorar na década de 1990 com a introdução da agricultura e do turismo de ponta. Atualmente ainda é possível encontrar construções que foram construídas de apoio para os garimpeiros e agricultores do Vale que serviam de apoio para descanso e preparacação de alimentos.

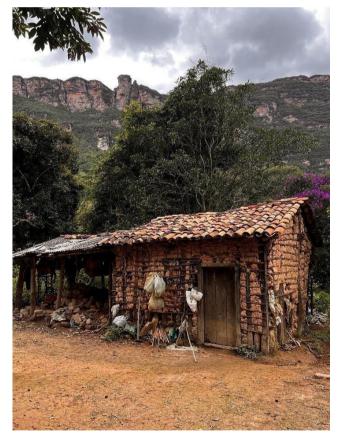


Figura 2- Casa de apoio dos garimpeiros

Fonte: Autora, 2022.

O garimpo ainda existe nos territórios da UC e em sua volta, o que além de ser uma atividade de exploração de recursos naturais, mesmo que seja regularizada em alguns casos, continua sendo responsável por resquícios que afetam não apenas o meio ambiente, mas também a vivência da população, como contaminação de ar e rios, além da perturbação de maquinários e exposição a riscos contra saúde. Isto posto, fica evidente que esse problema tende a afetar tanto o ambiente quanto a visitação e recepção de turistas nesses locais.

Em sumo, a importância da preservação do PNCD não se baseia apenas pela conservação dos três biomas existentes como também em relação as bacias hidrográficas que abastecem a região, os sítios arqueológicos, a fauna, as grutas e a comunidade; todos esses elementos possuem um papel importantíssimo sobre a história do local e as transformações ambientais e sociais que o compõe.

Por meio do conhecimento do ambiente é possível compreender a origem dos povos nativos e as suas composições antes da ação antrópica, como por exemplo as figuras rupestres, as pinturas contam sobre o cotidiano de povos originários e seus costumes, rituais, animais, plantas e figuras geométricas. Ao redor do parque já foram encontradas figuras que datam de 6.000 a 2.000a.p (antes do presente), quais foram realizadas pelos indígenas, primeiros habitantes da região.

Extensas áreas do PNCD já sofreram ação antrópica, registros da exploração garimpeira e estudos das alterações geológicas provocadas pela extração do diamante dão conta que praticamente toda a região leste da serra do Sincorá já foi retrabalhada e teve seus atributos originais modificados (Nolasco, 2002).

Na região do PNCD, até o início do século XXI, uma grande quantidade de gado foi colocada em áreas gerais durante a estação seca, causando uma série de danos à vegetação e fauna locais. A suspensão desses processos permite que a vegetação se regenere lentamente e retorne às propriedades próximas às características originais. Por exemplo, após a década de 1960, a redução drástica dos cafezais levou à revegetação do Vale do Pati até se tornar uma floresta em estágio médio (ou mesmo avançado) de regeneração. Atualmente, na área, ainda existem pequenas terras agrícolas de subsistência e algumas pastagens próximas às casas dos moradores. Situação semelhante ocorre em quase todos os assentamentos humanos dentro da área do PNCD, onde muitas vezes há pequenos agriculturas de subsistência ou áreas abandonadas em regeneração.

O primeiro plano de manejo no PNCD surgiu em 2007, foi elaborado pela equipe do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) de acordo com as Leis e Regulamentos do SNUC (Decreto Federal nº 4.340/2002). Para organizar a visitação pública, a equipe desenvolveu um plano acelerado denominado Plano de Emergência de Uso Público (PEUP) como ferramenta temporária de organização de atividades. Dentre as propostas apresentadas e discutidas, cinco atrativos e duas atividades esportivas foram aprofundadas e escolhidas para compor o PEUP, em uma fase experimental de três meses sendo uma dessas áreas seria a Travessia do Vale do Pati. Após este período, os resultados seriam avaliados e o plano complementado com outros atrativos num processo de construção gradual

Assim, para desenvolver o primeiro plano de desenvolvimento da região da Chapada Diamantina foi elaborada uma divisão de Circuitos "(...) que foram delimitados após uma análise global do território abrangido, contemplando além dos atrativos naturais, os aspectos ecológicos, paisagísticos, históricos, pré-históricos, étnicos e outros que configuram áreas com potencial turístico significativo" (BAHIATURSA, 1992, p.87), são eles: Circuito Chapada Norte que tem o Morro do Chapéu como atrativo principal; Circuito do Diamante abrange a área do PNCD e os entornos; Circuito do Ouro que compõe a região da APA Serra do Barbado e entorno, cujo destino principal é Rio de Contas.

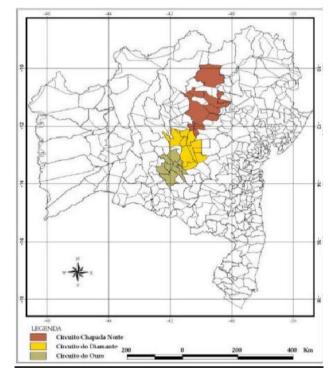


Figura 3- Delimitação do território do PCND por circuitos

Fonte: Base de dados da ANEEL, com adaptação de Danilo Kulaif. PDITS, 2004.

O Circuito do Diamante é o mais procurado pelos turistas por abranger os destinos mais conhecidos: O Vale do Pati, Lençóis (a cidade mais desenvolvida economicamente do PNCD), as famosas Grutas da Pratinha e Lapa Doce, a Cachoeira da Fumaça (a maior cachoeira do Brasil) no Vale do Capão e alguma das famosas pinturas rupestres espalhadas na região. Deste modo, a atividade turística no PCND conta com a separação dessas áreas para segmentar a atividade turística possibilitando abranger todo o território conservado e usufruir do mesmo de conscientemente.

Atualmente, dentro da área do PNCD não existe um planejamento ativo para a atividade turística de base comunitária. Já no seu entorno, a região de Itaetê conta com o projeto "Em cantos da Chapada Diamantina" criado recentemente pela parceria entre ICMBio e MMA que

está em fase de organização, implementação e adaptação, possui apoio da Rede BATUC (Turismo Comunitário da Bahia).

3.2 Vale do Pati

O Vale do Pati está localizado entre as cidades de Andaraí e Mucugê, a cerca de 35 km dessas cidades, o único núcleo populacional no meio do PNCD, por isso considera-se o coração do parque. Os moradores são descendentes da época do café (década de 1940) e o acesso na comunidade é a pé ou com animais de carga, está localizada em um vale onde a vegetação é preservada e substituída por pastagens, cafezais, mandioca e bananais próximos as casas dos nativos, cerca de dez famílias vivem na comunidade atualmente.

De acordo com a literatura e narrativas locais, a monocultura do café foi a principal atividade agrícola de Pati. O café, que cresce em terras íngremes, é a razão do crescimento da economia local e, junto com o ouro e os diamantes, representa um ciclo econômico importante para toda a região. No entanto, a atividade está sempre ligada a outras atividades e até mesmo à mineração. Nas décadas de 60 e 70, com o fim da economia cafeeira, a população voltou a diminuir e o número de pessoas migrando para as grandes cidades aumentou. Nas décadas de 1980 e 1990, Pati foi novamente ocupado, mas desta vez por exploradores do "ecoturismo" e/ou turismo de aventura.

A ocupação do Vale do Pati faz parte do processo de povoamento e formação socioeconômica da região da Chapada Diamantina como um todo; processo este, marcado por constantes conflitos políticos, em sua maioria causados pelas disputas pela posse da terra, em uma região caracterizada pela presença, raramente dissociada, do latifúndio e do coronelismo. Alguns estudos indicam que a formação de um "cinturão agrícola" no Pati, destacado de todos os outros povoados e cidades, foi incentivado pela própria geografia do Vale, que esconde sua população entre os imensos paredões entrecortados por volumosos rios e inúmeras cachoeiras. (Bandeira, 1998; Cardoso e Cruz, 2003).

As residências do Pati têm estruturas de pau-a-pique e adobe, com cinco a dez cômodos, quando oferecem hospedagem dispõe de quartos compartilhados, privados e área de camping. Possuem banheiros com sanitários, cozinha comunitária e área de alimentação, sendo comum o uso de fossas, não possui energia elétrica, apenas algumas casas possuem placa solar (de uso pessoal, os turistas não usufruem). A água chega por meio de gravidade, por encanamentos feitos pelos moradores para direcionar a água de minas ou cursos de rio próximos. Não existe coleta de lixo na comunidade então o turista é responsável por levar seu próprio lixo de volta.

A cultura local do vale é caracterizada pela influência do sertão, incluindo traços comportamentais e sinais expressos em roupas de couro; relação com animais domésticos e de

trabalho (jegues) usados para transportar pessoas e mercadorias para a cidade; na utilização do barro e da madeira para diversas finalidades, no gosto musical, sendo o mais apreciado o "forró", e na culinária o godó (prato típico de banana verde e carne seca) e a farinha.

A casa de Seu Eduardo, foi construída em 1939 por João Oliveira, seu pai, existem partes ainda intactas desde o levantamento, hoje está na quarta geração da família. Foi uma das pioneiras em hospitalizar os turistas, que atualmente é gerenciado pelos netos Domingos e Vitor. Mais 6 famílias atuam na hospedagem do Vale: Dona Raquel, Alto do Luar (André, filho de Dona Raquel), João (também é filho de Dona Raquel), Agnaldo e Miguel, Igrejinha e Prefeitura (Jailso e Maria).

A Igrejinha possui comodidade para até 70 pessoas, hoje é a casa do Sr. João Calixto e Marinete que também iniciaram a hospedagem aos poucos conforme o desenvolvimento da atividade e foram ampliando seu espaço para comportar os viajantes, dentro encontra-se até um mercadinho para auxilio dos visitantes; tem esse nome pois a casa foi construída ao lado da Igreja dos patizeiros (carinhosamente apelidados os moradores do Vale) que era o local onde a comunidade se juntava em rituais religiosos, festivos e/ou sociais.

O nome Prefeitura origina-se de um projeto iniciado na época da exploração de minérios pela cidade de Andaraí, com intuito de facilitar a comunicação no local, até uma ponte foi construída para ampliar o acesso, porém nunca foi utilizada e em pouco tempo foram ambas abandonadas. Hoje a Prefeitura serve como hospedagem também. Dona Raquel é a anfitriã mais famosa do Vale, muito querida pela hospitalidade e pelas noites de forró na fogueira e licor depois de longas travessias; ela passa então, o seu legado para os filhos, que depois de crescerem observando a mãe recebendo os turistas em sua casa e a ajudando, resolveram (André e João) começar seu próprio negócio.



Figura 4- Ponte construída para facilitar acesso no Vale

Fonte: Autora, 2022.

Entre as principais atrações naturais do Vale estão: o Morro do Castelo, o Mirante e a Rampa do Pati, as Gerais do Vieira e as Gerais do Rio Preto; o Cachoeirão; e a Cachoeira do Funil. Os acessos pelo Vale são muitos e variam de acordo com o roteiro escolhido, a entrada mais famosa é por Guiné (pertence a Mucugê) onde possui uma base de controle, outras alternativas são pelas cidades próximas como Andaraí e o Vale do Capão (Palmeiras).

A hospedagem dependerá do caminho escolhido pelo turista através dos atrativos que deseja visitar, devido as diversas possibilidades de travessia é possível selecionar as hospedagens pensando na proximidade de acordo com a escolha. Por exemplo, no caso de Seu Eduardo, a localização é positiva pela quantidade de atrativos que podem ser explorados a partir da casa como ponto de início, são eles: o Cachoeirão (a segunda maior cachoeira do PNCD) por baixo e por cima possui um famoso mirante e a Cachoeira dos Funis. Já a família de Dona Raquel é próxima ao Morro do Castelo, assim como a Igrejinha e a Prefeitura.



Figura 5- Cachoeirão (por baixo)

Fonte: Autora, 2022.

Não existe fiscalização em relação a obrigatoriedade do acompanhamento de guias turísticos, muito menos política de educação e capacitação comunitária para o trabalho. Foram relatados inúmeros acidentes na região por imprudência de turistas: despreparo, necessidade de equipamentos e profissionais qualificados é altamente perigoso e imprudente, o que pode resultar em facilidades. Como não existe controle de visitação na UC, esses casos acontecem com mais frequência.

Alguns moradores são também guias, uns possuem credenciamento pela associação de guias dos municípios do PNCD e outros não possuem credenciamento, mas a grande maioria trabalha com a hospitalidade. No caso do Vale, os pacotes são vendidos por agências de diversas regiões do país que possuem roteiros criados a partir da motivação do cliente; existe tanto roteiro de 1 dia como de 5, então depende da experiência que está sendo buscada.

Para ser guia na região não é necessário ser morador local e não é necessário estar associado com agências de turismo, como não existe controle de visitação não há possibilidade de fiscalizar essa situação. O conhecimento da área dado pela experiência em campo além de conhecimentos gerais sobre a região, vegetação e relação com a comunidade, torna-se suficiente para muitos guias trabalham para agências privadas de turismo e alguns por conta própria, sem credenciamento.

A partir deste raciocínio será discutido o reconhecimento do produto turístico, a exploração dos recursos culturais, naturais, históricos e sociais que desencadearão em um processo econômico com base na comercialização destes produtos.

3.2.1 A comercialização do produto turístico

Segundo o Ministério do Turismo, o produto turístico é compreendido através de um "[...]conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço" (BRASIL, MTUR, 2007, p. 17).

Quando se trata de comercialização, é importante lembrar que os princípios do TBC são diferentes do turismo de massa, o objetivo não é atrair muitos turistas para maximizar os lucros, nem atrair turistas que estão interessados apenas em consumir ícones culturais. Portanto, ao comercializar, caso a comunidade opte por entrar em contato com agências de viagens e operadoras de turismo, é importante que procure empresas que tenham histórico ou abertura/interesse em promover produtos que levem em conta as especificidades do TBC, e que este tem transparência e comunicação direta com a comunidade. É importante ressaltar que cada UC possui características específicas consequentemente as formas de comércio são variadas.

A descrição detalhada da pesquisa de campo e potenciais produtos turísticos, permite avaliar os custos e benefícios das atividades do TBC, principalmente quando existe dificuldade de acesso. O detalhamento das pesquisas de oferta e demanda turística oferece informações com respeito a motivação de viagem e poder de compra dos turistas, o que também se torna um passo essencial.

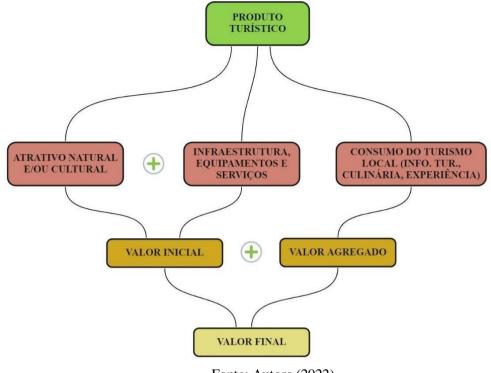
A dificuldade de acesso, por sua vez, tornou-se uma grande barreira para a comercialização, a localização em áreas afastadas em relação a outros atrativos da região, a infraestrutura de transporte e serviços públicos são geralmente um obstáculo para o visitante, resultando em altos custos operacionais (transporte, guias, combustível, equipamentos) e em geral se torna-se um destino acessível para turistas com alto poder aquisitivo. Independentemente da realidade da UC, é necessário ter um papel ativo na clarificação dos diferentes elos do turismo e na melhoria do acesso à informação do destino.

Para facilitar o entendimento sobre os produtos turísticos do TBC, a autora criou esse fluxograma com o intuito de apresentar o objetivo da comercialização da atividade no ambiente Compreender os pontos que podem ser explorados é primeiro passo para a organização comunitária e o desenvolvimento do planejamento.

Baseando-se nesta reflexão, o produto turístico é dado pela região em discussão, o Vale do Pati, como apresentado acima pode ser interpretado seus potenciais características que atuarão em destaque durante o processo de comercialização.

Com base neste exemplo, o valor inicial de um produto turístico é dado através da atribuição dos atrativos naturais e culturais mais o serviço, equipamento e infraestrutura utilizado para a experiência do turista. Neste caso, o valor agregado são as características sociais, culturais e naturais especificas da comunidade, é interessante observar a história e cultura local para compreender os atrativos que possuem potencial a serem explorados, por exemplo uma cachoeira, uma igreja, um museu; algo que tenha um valor original atribuído.

O fluxograma a seguir apresenta um esquema sobre o proceso de comercialização e seus principais valores econômicos, baseando -se no raciocinio discutido neste trabalho.



Fluxograma 1- Comercialização do produto turístico

Fonte: Autora (2022).

Ressalta-se que as políticas de comercialização implementadas pelas empresas podem diferir das necessidades da comunidade, o que exige uma boa comunicação. Assim, por exemplo, os participantes do TBC são aconselhados a ver as parcerias com o setor privado e os municípios como um elemento-chave na comercialização e promoção dos produtos turísticos. Para divulgar produtos, eventos e serviços na comunidade, os principais canais utilizados atualmente são as mídias sociais: Facebook, Instagram, Whatsapp, blogs.

Neste caso, o Vale do Pati apresenta diversas atrações naturais (citadas anteriormente) que em seu entorno disponibilizam de casas de apoio, para chegar nesses locais é essencial o contrato de um guia, ao chegar você tem a opção de além de dormir no local também se alimentar com produtos da região. Dentro dessa situação, muitas experiências são trocadas como a cultura, os costumes, as histórias e vivências.

3.2.2 Roteiro Turístico

Os turistas do Pati seguem rotas diferentes, dependendo do número de dias (entre 1 a 5 dias), da capacidade física e do guia turístico que acompanha o grupo, mas existem algumas atrações comuns a quase todos os passeios como citado anteriormente (Gerais do Vieira e Gerais do Rio Preto; Morro do Castelo; Cachoeirão (por cima e por baixo); Mirante e Rampa do Pati; e Cachoeira do Funil). O número de atrações a visitar dependerá do itinerário, mas o mais



Figura 6- Gerais do Viera

Fonte: Autora, 2022.

Baseado na experiência que o viajante possui com o trekking e atividades físicas, será possível escolher o roteiro que mais se encaixa com o perfil do mesmo. Os roteiros variam de acordo com a disponibilidade e motivação do viajante, se busca uma experiencia especifica ou possui alguma limitação. Assim, de acordo com esses questionamentos é selecionado através da lista de atrativos quais serão inclusos no percuso de acordo com a disponibilidade da hospitalidade da comunidade.

A extensão do percurso pode variar de 20 a 70 km de acordo com os atrativos que foram selecionados para serem visitados e o caminho que foi escolhido, para entrar no Pati existem três caminhos mais conhecidos pelo Beco do Guiné (Mucugê), o Bomba (Vale do Capão) e a Ladeira do Império (Andaraí e indicado para roteiros longos), mas a maioria dos aventureiros começam no povoado de Guiné, pois é lá que se encontra a base que serve como apoio e ponto de partida.

A partir disso será definido a hospedagem que combine com o roteiro criado, na maioria dos casos os roteiros já são pré-estipulados de acordo com os dias e os atrativos mais conhecidos e vai de opção de o turista escolher sua experiência, importante ressaltar que não existe energia elétrica no vale então é normal ficar sem comunicação por este motivo, enfatizo a necessidade

de um guia que conheça o caminho e esteja preparado para qualquer inconveniente.

O roteiro abrange paisagens diversas, por abrigar os três diferentes biomas no ambiente o caminho se torna ainda mais especial, cada passo é uma nova experiência. A mata fechada abraça as árvores e é presenteada com o canto dos pássaros e o barulho das águas correntes, os campos de vegetações dos gerais são extensos e cobertos de diversas espécies que sobrevivem da seca do cerrado, os vestígios da queima, de vida e morte, dos ciclos da vida. Todo detalhe que compõe a travessia é único e essencial para compor a imensidão do Vale, o melhor do Pati é aproveitar cada passo que você dá nesta vasta imensidão de montanhas.

O Morro do Castelo é uma das atrações favoritas dos turistas, para conhecer é uma grande subida que ao chegar no topo é necessário atravessar uma caverna que era usada por garimpeiros como abrigo durante as longas noites de frio. Muitos garimpeiros apresentaram depois de anos doenças respiratórias devido a inalações constante de minérios existentes no local. Possui uma ampla visão do Vale e de sua vasta vegetação.



Figura 7- Morro do Castelo

Fonte: Autora, 2022.

Ao chegar da trilha, na casa dos patizeiros, é comum encontrar uma mesa farta de comida, eles sabem como o caminho é longo e a fome é grande, muito forró, e se o tempo tiver bom a fogueira não faltará, o famoso gengidrink (pinga local com gengibre, mel e limão) é a atração principal nessa hora.

A venda de roteiros pode partir tanto de agências como da comunidade, certamente as agencias possuem alcance maior em relação a divulgação de informações e o reconhecimento público, o que dificulta o protagonismo da comunidade na venda do produto. Atualmente, alguns moradores do Vale começaram a guiar os turistas e divulgam o trabalho a partir das redes sociais da hospedagem ou dos próprios perfis.

A visita ao Vale do Pati deve ser bem equipada, a caminhada é longa e exige uma mochila, roupas e calçados adequados para a caminhada, quanto mais longo o percurso, maior será o peso. Roupas leves e laváveis são ideais, um casaco é essencial pois as noites nas montanhas são bem frias. Se escolher pelo serviço de jantar e café da manhã, é só trazer o lanche de trilha e é de total responsabilidade do turista carregar seus pertences, claro que existem serviços de contratação de guias ou até jegues para levar sua bagagem, mas são casos extremos de acidente, fadiga ou alguma consequência.

Segundo o Mtur, em 2007, o roteiro turístico pode ser entendido como um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro.

A partir dessa definição é possivel compreender o tipo de comercialização do turismo no Vale, durante as entrevistas foi observado que as agências da região são responsáveis pela venda do turismo no local e apenas contatam a comunidade sobre a disponibilidade de hospedagens, então fica nitido que o valor referente ao serviço de compra não é repassado para os nativos.

A mesma coisa em relação aos guias, devido a dificuldade de acesso e comunicação muitos guias da comunidade possuem dificuldade de divulgar o seu trabalho, e por não existir fiscalização nas entradas do Vale e políticas de incetivo ao protagonismo cumunitário torna-se um obstáculo para os nativos do Vale a divulgação de seu serviço.

Com a implantação das placas solares o contato no Vale facilitou, porém ainda é algo seletivo e possui utilização apenas dos moradores para não sobrecarregar os sistemas, assim caso algo aconteça e seja necessário pedir socorros é possível procurar contato com a casa mais próxima e perguntar sobre o sinal, mas como turista, faz parte da imersão o desapego da tecnologia. Na casa de Seu Eduardo as placas eram espalhadas, apenas para suprir energia para a internet e a carga de celulares dos moradores, comoo é possível observar ao canto direito da imagem a seguir.



Figura 8- Hospedagem Casa Seu Eduardo

Fonte: Autora, 2022.

A melhor época de visitação depende muito do clima, por ser uma região entre vales montanhas é difícil prever os dias de chuva por conta da umidade da Mata Atlântica, o período de alto índice de chuva é de novembro a abril, mas o Vale está sempre cheio de turistas, não importa a data, principalmente nos feriados. Muitos turistas visitam o PNCD apenas para realizar o famoso trekking.

4 CONTRIBUIÇÕES DO TBC NO PNCD: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Discute a respeito dos objetivos da pesquisa, apresenta os questionamentos levantados sobre a funcionalidade da atividade turística no local e suas devidas consequências na comunidade. Equipara os pressupostos argumentos com a realidade observada em campo e abrange discussões sobre as controvérsias do tema.

4.1 Participação da comunidade no turismo

Atualmente, moram aproximadamente 10 famílias no Vale do Pati e todas vivem com a atividade turística, as casas são distantes uma das outras e cada uma possui suas características e plantações, certamente com produções semelhantes por conta do clima e o do solo. No passado, mais de 2000 famílias residiram no local, porém com a escassez após a crise do café, poucas permaneceram.

De acordo com o desenvolvimento e estruturação da atividade turística no Vale, ainda não existe planejamento efetivo no local. A organização partiu da comunidade por meio das experiências durante todos esses anos com o fluxo de viajantes e perante o exposto foram aprendendo as demandas e necessidades para uma hospitalidade melhor.

A comunidade remanescente está familiarizada com o fluxo de turistas pois hoje, quem administra são os netos dos antigos moradores, estão na quarta geração e cresceram observando seus familiares recebendo viajantes o tempo todo e de todos os lugares, desse modo continuam com o legado de seus familiares.

A hospitalidade é a essência dos moradores do Vale, se não fosse por eles não existiria o turismo; não existiria o caminho e muito menos a história, os patizeiros são o coração do vale porque sem eles os viajantes não se encantariam com tanto afeto, o ato de acolher, receber, abrigar é um ato de coragem, compartilhar a história é resistência e preservar isso é fundamental.

Certamente a dificuldade de acesso é um fator que influencia na permanência dos moradores, motivo citado por muitos para justificar o êxodo rural. O acesso é realizado apenas por trilhas e não é possível o acesso de automóveis. A a cidade mais próxima vai depender da hospedagem do turista, mas varia de 15 a 20 quilômetros do Vale, o transporte em casos extremos pode ser realizado por jegues até o início das trilhas para o encaminhamento para o centro mais próximo.

Até o início deste século existia escola para crianças do Ensino Fundamental, entretanto a partir dos anos a dificuldade de manter o ensino foi maior, o que também motivou muitas famílias se mudarem para cidades próximas como Guiné, Lençóis, Andaraí, Mucugê, entre outras da região. Entre os entrevistados, apenas os filhos mais novos que presenciaram a época

que ainda tinha a escolha e obtiveram educação até o 2° grau de escolaridade, pararam pela dificuldade de acesso depois de mudar a escola no Vale e para Andaraí.

Em relação a participação da comunidade no PEUP elaborado pelo IBAMA foi dado a seguinte justificativa:

Muito embora tenha havido a preocupação do envolvimento da sociedade na construção de uma proposta de ordenamento da atividade de visitação na UC, esta não veio a ser concretizada, em função da mobilização de grupos de interesses contrários ao Plano. O Ibama entendeu ser estratégico aguardar a conclusão do Plano de Manejo para a efetiva normatização do uso público na área do Parque (PARNA, 2007, pg. 208).

Após 15 anos desde o primeiro planejamento do PNCD, não há indícios de planejamento turístico no Vale do Pati, mesmo com a forte influência econômica da região no turismo do parque e nos entornos, não existe investimentos para a estruturação comunitária no turismo de acordo com os planejamentos realizados da área.

A responsabilidade de manejo e desenvolvimento em conjunto a comunidade depende diretamente do investimento na preservação de culturas e áreas naturais remanescentes. A partir deste problema, as organizações responsáveis pela gestão de UC sofrem com a falta de disponibilização de verbas públicas para o investimento em políticas de organização e preservação.

O déficit de investimentos em infraestrutura e preservação, como é o caso do PNCD influencia na dificuldade do desenvolvimento tanto da organização em relação a atividade turística no local como também a educação social sobre o contato com a cultura e o meio ambiente. O descaso com assuntos relacionados ao patrimônio cultural, natural e a sua preservação e a falta de fiscalização facilita a prática de atividades ilegais nesses territórios como garimpo e grilagem, que é o caso do Vale do Pati

Durante a visitação, foi observado que um dos grandes questionamentos da comunidade é a preservação do ambiente, muitos se preocupam com o aumento da atividade turística e consequentemente a produção de resíduos. A política de visitação é levar embora o próprio lixo, mas existem também resíduos sólidos e saneamento, então o plano de manejo é importante e necessário para minimizar os problemas como este, relacionado a alta demanda e a importância do descarte correto para não prejudicar solos e lençóis freáticos. A água que tem no Vale tem capacidade de abastecer todo o parque e mais as cidades em sua volta, então a contaminação da água seria um grande problema na região. Além disso, a comunidade utiliza a água dos rios para necessidades básica.

A estrutura das hospedagens é construída pela comunidade, de acordo com os anos e a renda investida da própria atividade, muitos terrenos ainda estão em expansão e/ou construção

para receber mais turistas. Em uma conversa com o proprietário da hospedagem Alto do Luar, ele disse que constrói uma habitação ano sim, ano não. Do início, preparar o barro, fazer o tijolo, esperar secar, estruturar, tudo carinhosamente pensado, até no caminho de flores que segue o turista em todo o local.

Durante a mesma conversa com André, filho de Dona Raquel, pioneira na hospedagem no Vale, estávamos sentando tomando café e olhando as centenas de bananeiras espalhadas pelo terreno e perguntei para ele como lidaram com a pandemia. Lembro-me do sorriso no rosto que ele colocou enquanto dizia "Minha filha, olha a abundância dessa terra, fome a gente não passou! Vivemos com a economia do turismo desses últimos anos, mas ta tudo aí na sua frente, ó!". André construiu sua hospedagem após crescer com sua mãe sempre recebendo viajantes. Hoje, na sua terra, ele possui quartos compartilhado, privado e área para camping, tudo construído por ele, do tijolo a parede. Na imagem abaixo, André está ao centro de camisa preta.



Figura 9- Hospedagem Alto do Luar

Fonte: Autora, 2022.

Hoje, a maioria das hospedagens possuem infraestrutura turística como quartos compartilhados, privados, área de camping e refeitório. Algumas delas possuem mercadinhos, pequenas "vendinhas" com produtos necessários para alimentação básica, legumes, macarrão, molho, bebidas alcoólicas, todos esses mantimentos são levados do distrito de Guiné até o Vale pela trilha dos Aleixos, antigo caminho usado pelos garimpeiros o qual é mais aberto para a passagem de jegues.

Em relação aos móveis, eletrodomésticos e outros objetos, eles são carregados pelos próprios moradores até o local. Em uma das conversas Domingos contou sobre como eles trouxeram o freezer para o Vale, foram necessários 5 homens e 6 horas de caminhada com o objeto nas costas, relembrou do momento contente e ainda disse que poderiam ter feito mais rápido.

Os olhos de todos os moradores brilham ao falar do amor pela terra, a felicidade de permanecer e conseguir transformar sua casa em abrigo, transforma suas vivências em experiências e proporcionam sua cultura para diferentes pessoas. São motivações como essas que fazem com que os patizeiros continuem com o turismo.

4.2 O Vale do Pati e a valoração da comunidade: os patizeiros

Existe um ditado no Vale: "quem só se contenta com o Vale jamais receberá da montanha". O Pati é tamanha imersão na floresta, no caminho, na vida e no presente. Tanto mistério e tanta beleza a serem explorados, há muito para receber, da natureza, das pessoas, dos animais, mas principalmente do caminho, o que faz o lugar é tudo que o compõe, destaca-se por paisagens e vivências únicas que encantam todos que o conhecem.

E a parte mais importante do Pati é quem faz ele ser assim, a hospitalidade dos moradores é a característica principal quando falamos sobre a experiência no Vale, pois se não existisse o acolhimento deles, não existiria o turismo. O início do turismo se deu pela comunidade abrigando os viajantes e mostrando sua cultura para eles. Deste modo, o florescimento do turismo deu-se início, a partir do ato de acolhimento no ínicio da década de 90.

Em muitos relatos, os aventureiros iam para o Vale com o intuito de acampar e seguiam caminhos de mapas e outros instrumentos de localização, mas muitas vezes eram surpreendidos com o clima úmido, algum acidente, escassez de comidas e acabavam indo ao encontro de nativos para buscar ajuda. A partir disso, a interação entre a comunidade e os viajantes tomaram perspectivas maiores baseadas em trocas de vivências, como a características de sobrevivência no local e consequentemente suas culturas, o que ganhou atenção de viajantes aventureiros.

O Vale do Pati era indicado para os viajantes que iam conhecer o PNCD e buscavam uma imersão com a natureza e a cultura, principalmente no início de desenvolvimento do parque, pois as informações e infraestrutura turísticas eram escassas e o contato com os nativos do Vale era quase inexistente. A dificuldade de acesso sempre foi um dos problemas em relação a implementação de atividades relacionadas ao turismo na região, mesmo com diversos caminhos todos necessitam de trilhas técnicas para chegar a primeira casa de moradores.

Com o passar dos anos, o conhecimento dos turistas pelo PNCD já estava alto, depois do primeiro PM da região (2004) e implementação da UC, aumenta-se a discussão em relação aos segmentos do turismo de natureza como: o Ecoturismo, Turismo Sustentável, Turismo de Aventura, entre outros. Durante uma entrevista com os moradores, foi questionado sobre o que deu início ao fluxo de turistas e muitos disseram que reportagens em canais de televisão no início deste século foram responsáveis por isso.

Os planejamentos realizados na área do PNCD não possuem relação direta com a comunidade. Não foi encontrado estudos ou pesquisas sobre o desenvolvimento do turismo no Vale em conjunto a comunidade, de acordo com a experiencia de campo foi possível observar que o desempenho de ações relacionadas ao turismo foi realizado pela própria comunidade.

Muito embora tenha havido a preocupação do envolvimento da sociedade na construção de uma proposta de ordenamento da atividade de visitação na UC, esta não veio a ser concretizada, em função da mobilização de grupos de interesses contrários ao Plano. O Ibama entendeu ser estratégico aguardar a conclusão do Plano de Manejo para a efetiva normatização do uso público na área do Parque (PARNA, 2007, p. 208)

A implementação de um PM de TBC no parque depende de aprovações de órgãos responsabilizados pela gerência da UC, como o IBAMA e o ICMBio, esses que são encarregados pela fiscalização e implementação da atividade turística. Como é inexistente o controle de visitas no PNCD pela comunidade, a organização da atividade torna-se dependente de empesas privadas como agências de viagens e guias.

O contato com a comunidade parte desses agentes, hoje existe antenas em algumas moradias que disponibilizam a internet para esta realização, a energia que é gerada pelas placas solares são responsáveis por essa facilidade. Porém não é estável e não pode ser compartilhada com o turista para não sobrecarregar a rede.

Por este meio que os moradores se inseriram em redes sociais e divulgam suas hospedagens e alguns até oferecem pacotes de guia próprio. Este conhecimento foi adquirido ao decorrer dos anos com a experiência com o turismo. Hoje, o que é apresentado no Vale, de infraestrutura a mantimentos foi realizado pela comunidade, alguns auxílios nas trilhas como corda, também foram instalados pelos mesmos, é possível observar durante o caminho algumas dessas alterações.

Essas informações levam questionar as consequências de um PM efetivo de acordo com as políticas do TBC e seu desenvolvimento na região, quais serão as alterações em relação a realidade apresentada? Como políticas a respeito do controle de visitação, a organização comunitária, o investimento em infraestruturas, educação e organização turística, mudariam o que foi construído atualmente? O que seria possível realizar com o investimento de órgãos públicos na capacitação turística do território?

Esses questionamentos não possuem prazo de resposta. Mesmo com a rede BATUC nos entornos do parque realizando um projeto com os assentamentos da região, a dificuldade em relação ao Vale seria o fato do mesmo pertencer a UC. Um parque nacional é considerado uma

UC de proteção integral, onde é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (Art. 7o. § 1o., da Lei do SNUC, 2000).

Baseando-se neste raciocínio "tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico" (caput do Art. 11). De outra forma, o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (Decreto Federal No. 84.017/1979) estabelece as normas específicas desta categoria de UC, tanto com relação ao uso público como com relação às demais atividades a serem exercidas.

As políticas de manejo são restritas e dificultam o processo de desenvolvimento quando não existe infraestrutura econômica por meio das organizações públicas responsáveis. Com umplanejamento efetivo seria possível limitar entrada na região e possibilitar a disponibilização de ingressos para visitação e o retorno serviria de investimento na atividade, como é o caso de outras áreas no entorno do parque.

Por exemplo, em Itaeté, região conhecida pelo "Poço Azul", possui um planejamento em desenvolvimento da rede BATUC com os assentamentos da região, o Rosely Nunes, o Baixão e o povoado de Colônia e Europa. Existe também o povoado de Raposa, em Iramaia, próxima cidade que ganhou atenção depois da descoberta recente de um sitio arqueológico. Essas comunidades são ativas no planejamento e desenvolvimento do TBC na região, e não pertencem a área de delimitação do PNCD.

Dawbor (2016) discute sobre a funcionalidade do poder local e sua efetividade, exclui o pensamento de concentração de renda e apresenta argumentos sobre a descentralização do poder e os resultados relacionados ao investimento em pequenas comunidades, que as mesmas, consigam usufruir de suas características também financeiramente proporcionando então melhor qualidade de vida.

Não pretendemos aqui sugerir que tudo se resolve assim: o poder local é um instrumento de gestão poderoso, mas insuficiente. Mas é de bom senso pensar que ao fim e ao cabo uma sociedade que funciona tem de assegurar em cada cidade o convívio social equilibrado, um rio limpo, saneamento adequado, riqueza cultural enfim, uma forma civilizada de vida, e não essa guerra de todos contra todos, a chamada corrida global de ratos. (DOWBOR, 2016, p.19).

Baseado neste raciocínio é possível argumentar as multifacetas do TBC e suas possibilidades, a proposta alternativa desse segmento baseia-se na diversificação de renda e exploração de componentes para utilização do turismo, assim ressignifica o ponto mais importante: a valoração da comunidade, pois sem ela não existiria base para o desenvolvimento do segmento. A vivência alternativa da referida "corrida global de ratos" seria a observação de diferentes formas de vivencias que podem também ser consideradas relevantes

economicamente.

A valoração dessas comunidades ressalta a necessidade de preservação do ambiente natural, atuam como agentes responsáveis no uso sustentável dos recursos apresentados assim como também sobre o conhecimento do território. Os patizeiros, além de serem anfitriões, também atuam na relevância de informações sobre o vale, ressaltam a necessidade de políticas de implantação para manter o ambiente natural sem que haja maior deterioração do local, preocupam-se com descontrole da atividade e educam diretamente os turistas por meio de conversas relacionadas ao local e sua preservação, apontando dados e experiencias vivenciadas.

A implementação de políticas relacionadas a preservação da comunidade do pati é de extrema relevância para a preservação do parque e a sua história. A resistência da comunidade ao discorrer dos anos sobre a permanência no local incentiva o reconhecimento de posse das terras que fazem parte do desenvolvimento antropológico da região.

O reconhecimento de valoração da comunidade se torna essencial para proteger e incentivar a mesma a compartilhar sua história e além de gerar frutos econômicos a partir disso, o descaso de investimentos em políticas de preservação e manutenção se responsabilizam pelo extermínio de culturas e o desenvolvimento desenfreado do turismo, o que pode ocasionar em vários problemas permanentes para o ambiente natural, como: o mal uso e aproveitamento dos recursos, deterioração de áreas, acúmulo de resíduos e extinção de espécies.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise que foi tratada no escopo do trabalho aponta as dificuldades de organização e de planejamento na região do Vale do Pati, as quais são implícitas devido a gestão dos órgãos públicos responsáveis. Em comparação a tabela apresentada no trabalho é possivel observar que nenhuma daquelas diretrizes então sendo aplicadas no Vale.

A falta de investimento no turismo se destaca, a renda é importante para capacitação da comunidade e da preservação de recursos de maneira sustentável. Com o descontrole da atividade turística, muitos fatores podem interferir no ambiente, além da alteração do habitat natural, o descontrole de visitação afeta diretamente na fauna e na flora do local, o descarte incorreto de resíduos e outros fatores importantes para preservação do local.

O descaso com a capacitação comunitária e a preservação da mesma e do ambiente natural por parte do poder público é alarmante, pois o desenvolvimento da atividade está corrente a quase três décadas e ainda não há indícios sobre o investimento no planejamento efetivo. Atualmente, os responsáveis pelas instituições de organizações de UCs estão ligados diretamente com empresas privadas, que são responsáveis pela alta geração de renda com a utilização de recursos naturais. Assim permitem ações que são contrárias as políticas de preservação devido ao retorno financeiro.

Os responsáveis pela organização e preservação acabam sendo os próprios nativos que se prontificam para desempenhar essas funções apenas com as experiencias vividas e são eles que sofrem diretamente com o uso abusivo dessas áreas como: o garimpo ilegal, o desmatamento, o desequilíbrio ambiental, a contaminação do solo e dos rios, o descarte irresponsável de resíduos, o descontrole da visitação e todas as consequências derivadas do uso irregular.

A organização comunitária no vale é responsável pelo desenvolvimento da atividade turística. O turismo é decorrente no TBC através do modo de vida, produção, cultura, relação dos autóctones com a natureza, consequentemente sua renda é derivada da atividade e a partir disso também evoluem em seus serviços, estruturas, entretenimento e educação.

A funcionalidade do segmento é insuficiente em relação a esses aspectos mencionados é contraditório com relação as políticas públicas apresentadas pelas instituições de organização do parque pois não possui foco em desenvolvimento sustentável. Como também não existe relação com a comunidade como principal elemento no planejamento da atividade. Assim conclui-se que mesmo com o reconhecimento de importância de preservação da área, existe um grande descuido sobre a continuação de uma utilização sustentável e responsável.

Conforme os preceitos teóricos apresentados e os dados coletados, é observado que seja imprescindível um planejamento efetivado em conjunto a comunidade local para melhor

controle da atividade turística no Vale do Pati. Além de políticas relacionadas a preservação do patrimônio cultural e natural a respeito das alterações no espaço e suas consequências decorrente a partir da visitação.

Dessa forma, o investimento em programas de EA torna-se essencial a fim de ressaltar a relevância dos nativos e do PNCD. Apresenta-se de extrema relevância, o comprometimento a partir da gestão de órgãos públicos responsáveis para um desenvolvimento estruturado sustentalvelmente de acordo com a legislação de preservação.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. **Chapada Diamantina: História, riquezas e encantos.** Salvador: Onavlis Editora.1997.

BARRETO, Margarita. Planejamento e Organização em Turismo. Campinas, SP. Papirus, 1991.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Belo Horizonte: Editora UFMG: Território Brasilis, 2002.

BENEVIDES, I. P. **Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local.** In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: HUCITEC, 1997.p. 23-41.

Beni, M. (1998). Análise estrutural do turismo. São Paulo: Senac.

Beni, M. (1999). **Política e estratégia do desenvolvimento regional:** planejamento integrado e sustentável do turismo. Turismo em Análise, 10(1), 7-17.

BRASIL. Decreto nº 84.017 de 21/09/1979. Aprova o regulamento dos Parques

Nacionais brasileiros. Disponível em: . Acesso em: junho, 2022.

BRASIL. Lei 9985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em junho de 2022

BRASIL. LEI No 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm#:~:text=Art.,Art.. Acesso em: junho, 2022.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente.** Plano de manejo: Parque Nacional Da Chapada Diamantina. Brasília, 2007. Disponível em:

http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/planoManejo/PM_parna_chapada_diamantina.pdf>. Acesso em: junho, 2022

BRASIL. **Ministério do Turismo.** Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Introdução à regionalização do turismo. Brasília, 2007.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Módulo Operacional 7 Roteirização Turística/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. — Brasília, 2007.

CARDOSO, Thiago Mota; CRUZ, Myrt Thânia de Souza. **Etnoconservação da Natureza e Saberes Tradicionais no Vale do Pati, Chapada Diamantina, Bahia**. Salvador: Universidade Católica do Salvador UCSAL, 2003.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira e LIMA, Luiz Cruz (orgs). Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: **EDUECE**, 2003. p. 26 – 44.

CORIOLANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. de M. Turismo e geografia: abordagens críticas. Fortaleza, CE: **UECE**, 2005. p.25.

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. Imperatriz, MA: Ética, 2016. 144 p.

FAZITO, M.; RODRIGUES, B.; NASCIMENTO, E. P.; PENA, L.C.S. O papel do turismo no desenvolvimento humano. **PAPERS DO NAEA (UFPA)**, v. 372, p. 1-21, 2017.

ICMBIO. Instrução normativa no 7, de 21 de dezembro de 2017. Disponível em: Acesso em junho, 2022.

ICMBIO/ IBAMA. Manual de sinalização de trilhas. Brasília, 2019.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: Gênesis, características e políticas. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.; Bursztyn, I. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 25-44.

MARANHÃO, C.H.S; AZEVEDO, F.F. Os processos de planejamento e gestão do turismo em Natal (RN) e o fomento do turismo de base local: uma articulação necessária. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.7, n.1, fev 2014/abr, 2014, pp.1030-118;

MMA. **Diretrizes para a visitação em unidades de conservação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

Molina, S., Rodriguez, S. (2001). Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina. Bauru: Edusc.

NOLASCO, M. C. **Registros Geológicos Gerados Pelo Garimpo, Lavras Diamantinas – Bahia**. Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pós Graduação em Geociências, Porto Alegre – 2002.

O'CONNOR, J.Capitalism, nature, socialism: theoretical introduction. Capitalism, Nature, Socialism. London, v. 1, n. 1, p. 11-38,1988.

Organização Mundial do Turismo. (2001). Introdução ao Turismo. São Paulo: Roca.

Organização Mundial de Turismo. (2003b). Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Porto Alegre: Bookman.

PDITS. Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Território Chapada Diamantina. 2004.

PDTS. Plano de Desenvolvimento de Turismo Sustentável do Território Chapada Diamantina. 2007.

Rocha, Sérgio Brant. 1985. Parque Nacional da Chapada Diamantina – Caracterização e Justificação. Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF)/Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes (DN). Brasília, 127p. Relatório.

RODRIGUES, A. B. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: **HUCITEC**, 1997.p. 55-64.

VEAL, A. J. Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo. SP, Brasil: **Aleph**, 2011. p. 21521.

SCT/BAHIATURSA. Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia: Chapada Diamantina – Relatório Final. 1992.

SEABRA, G. de F. 1998. **Do Garimpo aos Ecos do Turismo:** O Parque Nacional da Chapada Diamantina. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia – USP.

SILVA, F; Matta, A; COIMBRA, N. Turismo de base comunitária no antigo quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, p. 79-92, 2016.

UNWTO (United Nations World Tourism Organization) 15 de dezembro, 2022. Disponível: https://www.unwto.org/ Acesso em junho, 2022.

ZECHENER, T.C.; HERIQUEZ, C.; SAMPAIO, C.A.C. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**. Fortaleza-CE. maio/2008.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para agências

PESQUISA: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUAS FUNCIONALIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE DO VALE DO PATI NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA- BA

Pesquisador: Giovanna Isabele Pereira da Silva
Orientadora: Rosângela Custódio Cortez Thomaz
Data da entrevista:
1. O planejamento turístico de base comunitária foi criado em conjunto com a comunidade?
() Sim () Não () Parcialmente
2. Existe infraestrutura para o turismo na comunidade?
() Sim () Não () Insuficiente
03- Qual a relação da agência com a comunidade?
() Amigável () Muito amigável () Indiferente () Desconfortável () Muito desconfortável
04- A agência possui nativos do Vale do Pati empregados?
() Sim () Não
05- A comunidade recebe algum treinamento para atender os turistas?
() Sim () Não

06- Acredita na atividade turística como renda principal da comunidade?
() Sim () Não
07- O que viu de positivo na comunidade após a implementação do turismo?
() Trabalho () Experiência () Infraestrutura () Preservação ambiental e cultural () Renda () Outros:
08- Na sua visão a atividade turística melhorou a condição de vida da comunidade?
() Sim () Não
Comente:
09- Existe algum planejamento para desenvolver a infraestrutura turística no Vale do Pati?
() Sim () Não
Qual?
10- O valor da guiada é integral do guia nativo?
() Sim () Não
11- Oferece palestras, seminários e/ou novos treinamentos?

() Sim () Não
12- Considera treinamento e capacitação importante para atender os turistas?
() Sim () Não
13- Sente necessidade de planejamento e treinamento para atender a demanda turística?
() Sim () Não
14- O que atrai mais o turista na hora de procurar a atividade de base comunitária?
() O atrativo
() A comunidade () A experiência completa
15– Quais os atrativos são ofertados?

APÊNDICE B -Roteiro de entrevista para comunidades

PESQUISA: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUAS FUNCIONALIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE DO VALE DO PATI NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA- BA

Pesquisador: Giovanna Isabele Pereira da Silva
Orientadora: Rosângela Custódio Cortez Thomaz
Data da entrevista:
1. Gênero: () Feminino () Masculino
2. Cidade/Estado de residência atual:
3. Faixa-etária: () De 18 a 34 anos () De 34 a 54 anos () Mais de 54 anos
4. Qual o atrativo turístico você ou a comunidade oferece ao turista?
5. Você trabalha com turismo? () Sim () Não Como?
6. Como se sente em relação a visitação de turistas na sua comunidade? () Amigável () Muito amigável () Indiferente () Desconfortável () Muito desconfortável
 7. Qual a reação da sua comunidade a respeito de turistas visitando a região? () Amigável () Muito amigável

() Indiferente() Desconfortável() Muito desconfort	tável		
8. Qual a reação () Amigável () Muito amigável () Indiferente () Desconfortável () Muito desconfort	o dos turistas que visitan	n sua comunidade?	
9. Você acha qu	ue a comunidade mudou	com a chegada de visitantes	s na região?
() Sim () Não			
10. Se você acha que	e sua comunidade mudo	u, como foi essa mudança?	
() Positiva () Negativa			
Quais	foram	essas	mudanças?
() Trabalho () Experiência () Infraestrutura () Preservação ambi () Renda		e após a implementação do t	urismo?
12. O que te inco () Barulho e pertur () Lixos nos atrativo () Desrespeito a cu () Aumento do custo	3	de turistas?	

()Outros:
13. Os benefícios do turismo superam os impactos negativos da atividade?() Sim() Não
 14. Na sua visão a atividade turística melhorou a condição de vida da comunidade? () Sim () Não Comente:
15. Existem locais em sua comunidade que atendem a necessidade turística (Hospedagem, Alimentação, Serviços)? () Sim () Não Quais?
<u> </u>
16. Você recebeu algum curso específico para trabalhar com a atividade turística?() Sim() NãoQual?
17. Se você pudesse opinar ou mudar o turismo em sua comunidade, o que faria? () Projetos para educar a comunidade sobre a recepção de turistas () Investimento em infraestrutura () Reduziria o número de visitantes () Proibiria o turismo na região () Aumentaria o turismo na região () Outros:

18. Participa de palestras, seminários e/ou novos treinamentos?

() Sim () Não
19. Sua fonte de renda principal vem do turismo? () Sim () Não () Outro:
20. Considera treinamento e capacitação importante para atender os turistas?() Sim() Não
 21. Sente necessidade de planejamento e treinamento para atender a demanda turística? () Sim () Não
22. Comente sobre sua experiência com o Turismo:

APÊNDICE C –Roteiro de entrevista para guias

PESQUISA: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUAS FUNCIONALIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE DO VALE DO PATI NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA- BA

Pesquisador: Giovanna Isabele Pereira da Silva
Orientadora: Rosângela Custódio Cortez Thomaz
Data da entrevista:
1. Gênero: () Feminino () Masculino
2. Cidade/Estado de residência atual:
3. Faixa-etária: () De 18 a 34 anos () De 34 a 54 anos () Mais de 54 anos
4. Há quanto tempo atua como guia? () Menos de 1 ano () De 1 a 5 anos () mais de 5 anos
 5. Como se sente em relação a implementação da atividade turística no local? () Amigável () Muito amigável () Indiferente () Desconfortável () Muito desconfortável
 6. Existe infraestrutura para o turismo nos atrativos? () Sim () Não () Insuficiente
 7. Qual a sua relação com os turistas que guia? () Amigável () Muito amigável () Indiferente () Desconfortável

() Muito desconfortável
 8. Acredita no desenvolvimento da atividade turística no Vale do Pati? () Sim () Não
 9. Como se sente em relação a guias de outras cidades guiando no atrativo? () Amigável () Muito amigável () Indiferente () Desconfortável () Muito desconfortável
 10. Acredita na atividade turística como renda principal no Vale do Pati? () Sim () Não
11. O que viu de positivo na comunidade após a implementação do turismo?
() Trabalho () Experiência () Infraestrutura () Preservação ambiental e cultural () Renda () Outros:
12. O que te incomoda sobre a visitação de turistas?
() Barulho e perturbação de silêncio () Lixos nos atrativos e arredores () Desrespeito a cultura () Aumento do custo de vida () Deterioração do território ()Outros:

13. Os benefícios do turismo superam os impactos negativos da atividade?

() Sim () Não
14. Na sua visão a atividade turística melhorou a condição de vida da comunidade?
() Sim () Não Comente:
15. Você recebeu algum curso específico para trabalhar com a atividade turística?
() Sim () Não Qual?
16. Se você pudesse opinar ou mudar o turismo em sua comunidade, o que faria?
 () Projetos para educar a comunidade sobre a recepção de turistas () Investimento em infraestrutura () Reduziria o número de visitantes () Proibiria o turismo na região () Aumentaria o turismo na região () Outros:
17. Participa de palestras, seminários e/ou novos treinamentos?
() Sim () Não
18. Sua fonte de renda principal vem do turismo?
() Sim () Não () Outro:

19. Considera treinamento e capacitação importante para atender os turistas?
() Sim () Não
19. Sente necessidade de planejamento e treinamento para atender a demanda turística?
() Sim () Não
20. Comente sobre sua experiência com o Turismo: